

Plano anual de Auditoria Interna

*Annual internal
audit plan*
2021

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL
E PORTUÁRIO DO PECÉM

1- INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT constitui-se no planejamento das ações da unidade de Auditoria Interna da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém para o exercício de 2021, em conformidade com o disposto no Art. 9º, §3º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016.

O detalhamento das atividades está apresentado no Anexo II, compreendendo a previsão de programas de auditoria para 2021, envolvendo setores e processos diversos, objetivando atender à estrutura organizacional da Companhia, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A auditoria interna é de suma importância para as organizações, desempenhando papel de grande relevância, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, servir de ferramenta de apoio à gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas.

Sendo a auditoria interna importante como controle administrativo, ela verifica a existência dos controles internos e procura contribuir para o seu aprimoramento. Essa ferramenta tão preciosa, além de verificar se as normas internas estão sendo seguidas, procura avaliar se há necessidade de novas normas, procedimentos e controles mais adequados e ágeis.

O objetivo da auditoria interna é beneficiar a organização com melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade, erros e fraudes. A realização de procedimentos regulares visando identificar as falhas e preveni-las, reforçando os controles, é imprescindível para qualquer gestão organizacional.

Neste sentido, a auditoria interna, preventivamente, realiza a análise da adequação dos mecanismos de controle, visando maior segurança patrimonial e confiabilidade nos relatórios contábeis e gerenciais.

O auditor interno deve obter, analisar, interpretar e documentar as informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais para dar suporte aos resultados de seu trabalho.

Através do relatório, o auditor interno prescreverá recomendações e as providências a serem tomadas pela administração. Portanto, não basta a simples existência do aparato de auditoria, mas a responsável implementação das recomendações e procedimentos cabíveis a rotinas organizacionais. Daí sua importância como instrumento de mudança e controle.

1.1 - Procedimentos da Auditoria Interna

Os procedimentos da Auditoria Interna constituem análises e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da organização.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da organização.

Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento,

inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- a) Inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
- b) Observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;
- c) Investigação e confirmação – Obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da organização.

As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da organização.

O processo de obtenção e avaliação das informações compreende:

I – A obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado que:

- a) A informação suficiente é aquela que é real e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;
- b) A informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;
- d) A informação relevante é a que dá suporte às conclusões e às recomendações da Auditoria Interna;
- e) A informação útil é a que auxilia a organização a atingir suas metas.

II – A avaliação da efetividade das informações obtidas, mediante a aplicação de procedimentos da Auditoria Interna, incluindo testes substantivos, se as circunstâncias assim o exigirem.

O processo deve ser supervisionado para alcançar razoável segurança de que o objetivo do trabalho da Auditoria Interna está sendo atingido.

1.2 - Fraude e Erro

A Auditoria Interna deve assessorar a administração da organização no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

O termo “erro” aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da Organização, tanto em termos físicos quanto monetários.

1.3 - Papéis de Trabalho

A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, a fim de evidenciar as análises realizadas e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.

Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficiente para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

Análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos devem ter sua integridade verificada sempre que forem anexados aos papéis de trabalho.

2 - COMPETÊNCIA E RECURSOS HUMANOS

2.1 - Competência

A Auditoria Interna obedece à seguinte vinculação:

- Ao Conselho de Administração – CONSAD, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

As atribuições da Auditoria constam do artigo 27º do Estatuto Social, e se fundamentam em:

- *Ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;*

2.2 – Recursos Humanos

A Companhia apresenta em sua estrutura organizacional conforme Anexo I.

O Analista lotado na Auditoria Interna é do quadro efetivo e possui graduação em Administração de Empresas, com pós-graduação em Negócios Internacionais / Extensão em varejo.

✓ Quadro Técnico Atual:

Francisco Márcio Cavalcante Mamede

Auditor

Matrícula 0072

CRA/CE 4954

2.3 – Ações de Desenvolvimento Institucional para fortalecimento das atividades da Auditoria Interna e capacitações previstas para 2021

A política de capacitação indicada para a auditoria, tem a finalidade de viabilizar o conhecimento das mais modernas ferramentas de trabalho e de gestão, possibilitando à área de auditoria contribuir, dentro de suas competências, com o alcance dos objetivos institucionais. Essas ações de capacitação são vitais para que efetivamente aconteça o assessoramento da gestão e avaliação dos controles da Instituição.

Em atenção a Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015 da Controladoria Geral da União (CGU), art. 4º, o PAINT conterà a estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna, sendo estimado o mínimo de 40 horas para capacitação.

3 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

A proposta do PAINT/2021 leva em consideração o conceito de função multidisciplinar da auditoria interna, assim, tendo a necessidade de monitoramento dos controles e procedimentos em tarefas voltadas a atividades relevantes e de riscos da empresa, considerando processos/atividades identificados com probabilidade e impactos elevados.

O cronograma (presente no Anexo II) e a execução dos trabalhos poderão sofrer alterações ao longo do exercício, em razão de fatores que afetem a sua realização no período estipulado.

O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos;
- b) O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade;
- c) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos;
- d) Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- e) O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- f) As orientações e as expectativas externadas pela administração ao auditor interno;
- g) O conhecimento da missão e objetivos estratégicos.

O planejamento deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, e uso de especialistas.

Os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.

3.1 - Metodologia para elaboração da Matriz de Risco

Os macroprocessos a serem trabalhados neste exercício e nos seguintes levou em consideração os critérios de materialidade, relevância e criticidade e dentro do possível a correlação com o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o gerenciamento de riscos corporativos, os controles internos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas da Companhia.

A Matriz de Risco está representada de acordo com a pontuação obtida de um total de 15 (quinze) pontos. A atividade que atingiu pontuação superior a 50%, resultante da somatória dos três itens (materialidade, relevância e criticidade). Na equação foi atribuído peso 2 ao item julgado de maior importância, àqueles cuja a materialidade não apresentou pontuação, em razão das dificuldades de mensuração.

Apresentamos, a seguir, os critérios para escalonamento das atividades, de acordo com a significância apurada.

3.1.1 - Materialidade:

Valor monetário que a atividade representa, enquanto impacto global da instituição, considerado o orçamento programado ou valores contábeis:

Materialidade	
Representatividade Orçamento/Contábil	Pontuação
0% a 15,00%	1
15,01% a 30,00%	3
Acima de 30,00%	5

3.1.2 - Relevância:

Aspecto ou fato considerado importante, ainda que não material (economicamente significativo), para o atingimento dos objetivos da Companhia.

Relevância	
Aspectos	Pontuação
a) Atividade ligada diretamente à missão institucional	5
b) Atividade que impacta diretamente no Plano Estratégico da Companhia	3
c) Atividade que influi diretamente à atividade meio da Instituição ou que afeta a sua imagem.	1

3.1.3 Criticidade:

Vulnerabilidade identificada nos controles internos que caracteriza ou pode vir a caracterizar risco.

Criticidade		
Aspectos		Pontuação
a) Interstício da última auditoria	De 0 a 12 meses	1
	Acima de 12 até 24 meses	3
	Acima de 24 meses	5
b) Histórico não conformidades	Falhas desconhecidas	1
	Falhas conhecidas e auditadas internamente	3
	Falhas apontadas pelos órgãos de controle	5
c) Segurança da Informação	Existe(m) Sistema(s) que ajudam no controle do processo	1
	Existe Norma ou regulamentos que auxiliam no processo	3
	Normas/Sistemas não identificados	5

A classificação da Matriz de Risco, seguindo os critérios acima definidos está consolidada na planilha constante do Anexo II.

Ressaltamos que algumas atividades foram agrupadas em um mesmo programa, visando a otimização dos trabalhos. O detalhamento das ações está apresentado no Anexo IV.

3.2 – Execução das atividades

Os trabalhos priorizam a auditoria *“in loco”*, com a utilização da técnica de amostragem, coleta e análise de dados, sendo os resultados avaliados e discutidos (através de um Relatório), inclusive junto aos auditados, procedendo-se então aos registros dos assuntos entendidos como relevantes, acompanhados das respectivas recomendações ou apenas dos comentários julgados necessários.

3.2.1 Amostragem

Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de amostragem.

Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.

3.2.2 Relatório

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da organização.

O relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) O objetivo e a extensão dos trabalhos;
- b) A metodologia adotada;
- c) Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão;
- d) Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria;
- e) A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas;
- f) Os riscos associados aos fatos constatados;
- g) As conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.

O relatório da Auditoria Interna deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo.

A Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da organização, e que não possam aguardar o final das análises.

Também poderão ser objeto de auditoria as avaliações pontuais sobre assuntos não priorizados na matriz de riscos, e que forem objeto de consulta, denúncia, monitoramento de recomendações da Auditoria Interna ou dos órgãos de controle. Os resultados desses trabalhos poderão ser encaminhados por meio de “Nota de Auditoria”.

Caso não haja tempo hábil para a execução de todas as ações planejadas, serão priorizadas aquelas que apresentam maiores riscos para os objetivos institucionais, cujas justificativas deverão constar no Relatório Anual da Auditoria Interna.

As ações que não puderem ser desenvolvidas durante o exercício deverão ser avaliadas novamente quanto aos critérios de riscos para serem inseridas no Plano Anual da Auditoria Interna do exercício seguinte.

O Plano consiste no planejamento das ações orientadoras dos trabalhos de Auditoria Interna a serem realizados, observando, sempre que possível, as metas traçadas e o Planejamento Estratégico, priorizando as áreas que apresentam maior relevância e risco para o bom desempenho da Companhia.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria Interna proverá a assistência necessária aos auditores do TCE quando realizarem trabalhos de auditoria na Instituição, bem como acompanhará e monitorará o atendimento às recomendações emitidas por esses órgãos.

Com a elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2021 espera-se que os resultados dos trabalhos da auditoria realizados sejam compatíveis com tal planejamento, a fim de que os resultados alcançados possam fortalecer e melhorar as operações da gestão.

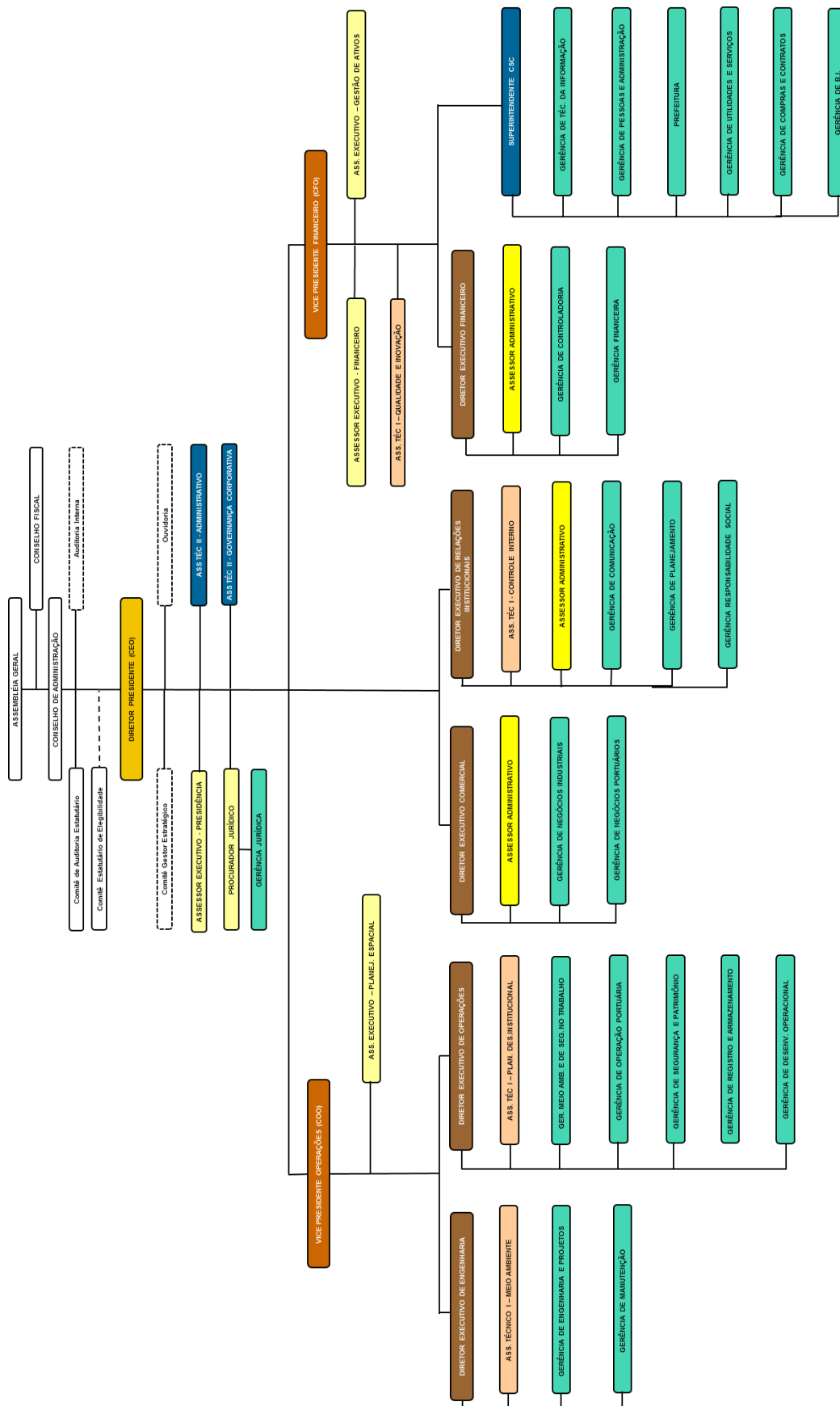
Estima-se atingir êxito em processos que possam atenuar ou até mesmo extinguir as vulnerabilidades encontradas, respeitando as peculiaridades institucionais, buscando adequá-las à legislação pertinente. Dentre os resultados esperados, destacamos:

- Racionalização dos trabalhos de auditoria interna;

- Desenvolvimento e implantação de novas técnicas de auditoria;
- Estruturação e fortalecimento dos sistemas de controle interno administrativo;
- Fortalecimento da política de gestão de riscos;
- Interação com a comunidade acadêmica de forma produtiva;
- Consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;
- Otimização dos sistemas administrativos;
- Desenvolvimento e capacitação dos servidores;
- Adequação e distribuição da força de trabalho.

Francisco Marcio C. Mamede
Auditor – CRA/CE nº 4954

ANEXO I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ANEXO III – MATRIZ DE RISCO (resumo)

ID	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO (1)	DESCRIÇÃO DO RISCO (2)	ÁREA RESPONSÁVEL PELO RISCO (3)	PROB	IMPACTO	Pxl	SEVERIDADE
16	Embargo de Operação	Embargo de operação pelos Órgãos Intervenientes (RFB, Ministério do Trabalho, ANTAQ, IBAMA, MAPA)	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Média	Alto	0,20	Alta
31	Falta de aderência do Cronograma Físico-Financeiro de Obras com a execução física	Não previsto o serviço no orçamento de investimento, consequentemente falta de controle físico da obra.	Engenharia	Média	Alto	0,20	Alta
60	Falta de mecanismos de aferição das quantidades movimentadas com o valor faturado impossibilitando a companhia de verificar se o valor faturado é condizente com os serviços efetivamente prestados	Sem essa aferição a companhia não tem como verificar se o valor faturado corresponde a quantidade efetiva de serviço prestado	Financeiro	Alta	Muito Alto	0,56	Alta
61	Qualidade de dados inconsistente do nosso sistema operacional. Aqui é o mesmo que o risco 60. Devemos incluir ações de mitigação que implementamos enquanto aguardamos uma solução final.	Muitos questionamentos por parte do cliente acerca das quantidades cobradas; Retrabalho excessivo Risco de demandas judiciais por cobrança indevida Risco de perdas financeiras no caso de faturamento a menor	Financeiro	Alta	Muito Alto	0,56	Alta
17	Falha no suprimento de Energia Elétrica	Descontinuidade total ou parcial do suprimento de energia.	Manutenção	Baixa	Muito Alto	0,24	Alta
8	Crise resultante de abalo da imagem institucional da CIPP	Abalo da imagem da CIPP em decorrência de situações advindas quer de sua operação, quer de feedback externo, provocando a fragilidade da empresa perante seus stakeholders, parceiros, clientes e a comunidade.	Comunicação	Média	Alto	0,20	Alta

28	Inconsistências nas informações e dados	Risco na confiabilidade das informações e dados de sistemas e ferramentas de controle, podendo gerar decisões erradas ou equivocadas, ou ainda contribuir para o risco nas operações e imagem da CIPP.	Comercial	Média	Alto	0,20	Alta
52	Estouro de orçamento ou indisponibilidade de Recursos Financeiros para Projetos Estratégicos.	Necessidade de recurso financeiro do projeto superior ao planejado; Ausência de recursos (bancos) para execução dos projetos.	Projetos Estratégicos	Média	Alto	0,20	Alta
63	Não classificação de informações sigilosas, conforme Lei de Acesso à Informação.	Disponibilização de informações estratégicas do Complexo do Pecém, as quais estavam sem a devida classificação de informação sigilosas.	Ouvidoria	Média	Muito Alto	0,40	Alta
7	Qualidade das relações porto-comunidade.	Relações adversárias com a comunidade podem levar o porto a enfrentar litígios por não conformidade, oposição da comunidade e imprensa negativa.	Responsabilidade Social	Baixa	Alto	0,12	Média
14	Descumprimento de requisito de Alfandegamento	Deixar de cumprir pré-requisito para a emissão de título de alfandegamento especificado em portaria da Receita Federal de maneira irrevogável e voluntária.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Média	Médio	0,10	Média
20	Não atendimento do tempo de 4 horas para o Sistema de Monitoramento e Vigilância Eletrônica	No caso de falha ou indisponibilidade dos componentes do Sistema, o tempo para recuperação do estado operacional pleno deverá ser no máximo 4 horas.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Baixa	Alto	0,12	Média
21	Não atendimento do a legislação aduaneira de 3 horas para o FALTA DE COMUNICAÇÃO DE INOPERANCIA do Sistema de Gerenciamento Portuário	No caso de falha ou indisponibilidade dos componentes do Sistema ou do Próprio Sistema de Gerenciamento Portuário, o tempo superior a 03 horas de paradas ficam condicionadas à prévia comunicação à fiscalização da SRF.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Baixa	Médio	0,06	Média

22	Indisponibilidade de equipamentos de IÇAMENTO CAIS operação portuária	Indisponibilidade dos equipamentos de içamento de cais para execução de operação a qualquer tempo e a qualquer embarcação.	Operação	Baixa	Médio	0,06	Média
26	Não respeito ao que estabelece a resolução RESOLUÇÃO Nº 3.274 - ANTAQ, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014. (alterada pela Resolução nº 3.584 - ANTAQ, de 15 de agosto de 2014 e pela Resolução Normativa nº 02-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2015).	Descumprimento de qualquer item especificado no artigo 32 ou 33 da referida resolução.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Baixa	Médio	0,06	Média
27	Indisponibilidade de equipamentos para a operação da receita federal.	É condicionante da norma de Alfandegamento a disponibilidade de equipamentos em condições operacionais que permitam a movimentação das cargas: 1) Balanças: deve estar disponíveis dentro da capacidade e aferidas; 2) Scanner: deve estar disponíveis dentro da capacidade aferida operacional; 3) OCR: deve estar disponível atendendo ou superando os requisitos; 4) Balanças dos Armazéns: deve estar disponível dentro da capacidade e aferidas.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Baixa	Médio	0,06	Média
40	Backup	A empresa não possuindo um procedimento de backup bem estruturado tem a possibilidade de perder arquivos importantes e não ter como recuperá-los.	Tecnologia da Informação	Média	Baixo	0,05	Média
2	Concentração de grande parte de Faturamento em apenas uma empresa	Concentração de parte da receita oriunda de faturamento principalmente da CSP.	Comercial CIPP	Baixa	Médio	0,06	Média

23	Licenciamento de Software	Se uma auditoria encontrar um ponto de não conformidade no licenciamento de software, a empresa provavelmente será multada pela infração.	Tecnologia da Informação	Alta	Médio	0,14	Média
30	Risco de Gestão de liquidez. Falta ou excesso de Recursos Financeiros para gastos em opex e capex da CIPP S.A.	A não previsão de recursos no orçamento, ou o não cumprimento do cronograma do desembolso estabelecido.	Controladoria	Baixa	Alto	0,12	Média
58	Maximização do resultado financeiro	Aliado a gestão da liquidez, diz respeito a possibilidade de negociação de prazos e rentabilidade dos recursos livres de caixa junto aos produtos ofertados pelas instituições financeiras	Controladoria	Média	Médio	0,10	Média
45	Acidentes ambientais causados por fatores externos	Evento não previsível, externo às operações portuárias, mas podem afetar o andamento das operações e a imagem da Companhia	Meio Ambiente	Muito Baixa	Alto	0,04	Média
18	Problemas de manutenção em componentes estratégicos (Água, Incêndio, Defensas, Iluminação Externa)	Problemas em sistemas ou equipamentos essenciais ao funcionamento do terminal.	Manutenção	Média	Médio	0,10	Média
44	Indisponibilidade ou falta parcial ou total dos Sistemas operados e/ou monitorados pelo CCO.	Sistemas do CCO indisponibilizados de acesso e utilização.	Operação	Baixa	Médio	0,06	Média
6	Ausência de normativos da CIPP e Não aplicação das Normas	O não atendimento dos requisitos legais, ocasionando retrabalhos e falha nos processos a seguir.	Controle Interno	Baixa	Alto	0,12	Média
29	Não disponibilidade de balanças aferidas	O recinto alfandegado além de prover balança para a pesagem de cargas, necessita que as mesmas estejam aferidas conforme resolução do IMETRO.	Gerência de Desenvolvimento Operacional	Baixa	Alto	0,12	Média

41	Invasores tentar acessar o Porto para praticar ilícitos	Acesso ao npátio para causar danos à mercadorias e pessoas	Segurança Patrimonial	Média	Médio	0,10	Média
42	Invasores tentar acessar o Porto para praticar ilícitos	Acesso ao npátio para causar danos à mercadorias e pessoas	Segurança Patrimonial	Média	Médio	0,10	Média
43	Invasores tentar acessar o Porto para praticar ilícitos	Acesso ao npátio para causar danos à mercadorias e pessoas	Segurança Patrimonial	Média	Médio	0,10	Média
11	Falta de licenciamento ambiental da CIPP (Companhia)	Suspensão temporária ou definitiva da Licença de Operação do Terminal Portuário do Pecém	Meio Ambiente	Muito Baixa	Muito Alto	0,08	Média
5	Oscilações diante de mudanças no Mercado (Movimentação)	Incertezas diante do cenário econômico, alteração e variáveis cambiais, perdas econômicas por parte de Exportadores e produtores, devido a eventos que não estão sob controle das empresas ou pessoas (pandemia), podendo impactar na movimentação e diminuição das operações.	Comercial CIPP	Baixa	Médio	0,06	Média
9	Falta de planejamento e preparo para adequação da CIPP às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	A empresa deve estar ciente e se adequar as leis e normas governamentais mais especificamente a LGPD para que não sofra algum tipo de dano.	TI	Baixa	Médio	0,06	Média
12	Falta de licenciamento ambiental do CIPP (Complexo)	Não conclusão do processo de licenciamento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	Meio Ambiente	Baixa	Médio	0,06	Média
13	Princípio de Incêndio nos porões dos navios, equipamentos e edificações	Risco de incêndio inerente à atividade portuária e movimentação de carga	Meio Ambiente	Baixa	Médio	0,06	Média
32	Falta de Projeto Básico / Executivo	Inviabilidade do Projeto, orçamento não previsto.	Engenharia	Baixa	Alto	0,12	Média
33	Não cumprimento do plano de auditoria	Não cumprimento do cronograma previsto devido a fatores externos ao setor, demora de respostas a demandas, atividades não ou otimizadas	Tecnologia da Informação	Baixa	Alto	0,12	Média

		processos especiais em quantidade .					
36	Risco de erro por desatenção ou negligência dos membros da equipe Jurídica. Falha na atuação de competência do Setor Jurídico.	Falha na prestação da assessoria jurídica interna (contenciosa ou consultiva) por desatenção, negligência, imperícia ou imprudência dos membros da equipe do Setor Jurídico (Situações em que a prestação de orientações ou opiniões legais estejam em desacordo com as normas jurídicas vigentes, em desconformidade com orientação jurisprudencial ou em posição não majoritária na doutrina e sem aceitação relevante que possam orientar o gestor à tomada de decisões equivocadas ou em desconformidade com outra solução que se mostrasse mais adequada para cada caso concreto) ou de eventuais prestadores de serviços externos (terceirizados, advogados correspondentes etc.).	Jurídico	Baixa	Alto	0,12	Média
38	Interrupção de atividades do terminal devido a falta de veículos e do transporte dos colaboradores	1) Falta de veículos para realização de atividades dos setores. 2) Problemas mecânicos nos ônibus que fazem o traslado dos colaboradores.	Transporte	Média	Baixo	0,05	Média
39	Greve dos trabalhadores ou manifestações que paralise as atividades total ou parcial	Paralisação das atividades portuárias total ou parcial por ação de sindicatos ou outras entidades.	Gestão de pessoas e Administração	Baixa	Alto	0,12	Média
46	Decisão de não investimento em Projeto Estratégico pela CIPP ou Cliente após realização dos estudos de viabilidade.	Após a realização dos estudos de viabilidade, CIPP ou Cliente decidir por não realizar, ir adiante com o projeto ou pedir rescisão do contrato, desistindo de concluir o investimento durante a execução do contrato.	Projetos Estratégicos	Baixa	Alto	0,12	Média

47	Atraso nas atividades de Projetos Estratégicos por parte da CIPP ou do Cliente	Atraso na realização das atividades comprometendo o cronograma final do projeto e o início da operação dos projetos; Atraso no projeto de responsabilidade do cliente.	Projetos Estratégicos	Alta	Médio	0,14	Média
53	Impedimento de realização de Projetos Estratégicos por falta de documentos.	Documentação incompleta de Projetos Estratégicos para consultas ou auditorias futuras.	Projetos Estratégicos	Média	Médio	0,10	Média
55	Publicização indevida ou não autorizada de dados sigilosos dos Projetos Estratégicos.	Divulgação de informações sobre Projetos Estratégicos, Empresas ou Negócios sem prévia autorização das partes interessadas.	Projetos Estratégicos	Baixa	Médio	0,06	Média
56	Impedimento ou atraso na realização dos Projetos Estratégicos por falta de recursos humanos.	Falta de disponibilidade de equipe para execução das atividades dos projetos estratégicos.	Projetos Estratégicos	Média	Médio	0,10	Média
57	Dificuldade de priorização dos Projetos Estratégicos devido a concorrência de projetos.	Execução de vários projetos simultâneos, ocasionando falta de tempo para acompanhamento e realização das atividades dos projetos estratégicos.	Projetos Estratégicos	Média	Médio	0,10	Média
59	Não execução do follow up de sugestões da auditoria por parte das Áreas envolvidas	As áreas não executarem ou não cumprirem o prazo de execução das sugestões oriundas das auditorias	Auditoria	Média	Médio	0,10	Média
62	Não tratamento de denúncias oriundas da Ouvidoria	Omissão em relação à possíveis denúncias, podendo ocasionar riscos de demandas de improbidade administrativa à Alta Gestão da Companhia.	Ouvidoria	Baixa	Alto	0,12	Média
64	Acesso ao Terminal sem autorização	Acesso ao Terminal sem constar no registro, sem autorização	Segurança Patrimonial	Média	Médio	0,10	Média
10	Incidentes ambientais por derramamento e/ou vazamento de cargas	Evento não previsível capaz de causar danos ao meio ambiente ou a saúde humana, como vazamento ou derramamento de carga ou combustíveis (no caso defeito nos equipamentos portuários), durante	Meio Ambiente	Média	Médio	0,10	Média

		as operações portuárias.					
65	Falta de identificação e/ou do registro e da regularização dos imóveis (terrenos) cedidos pelo Estado à companhia,	A não identificação e não regularização dos imóveis poderá impactar a exploração e o uso comercial dos terrenos para a efetivação de novos negócios na área industrial, pois acarreta insegurança jurídica para os investidores	Comercial	Média	Médio	0,10	Média